

Prezado(a),

Informamos que a apostila referente ao SANTOS-SP-PROF, foi atualizada conforme a nova edição liberada em 15/09/2026.

#### **Alterações realizadas:**

##### **• Legislação e Documentos Normativos**

Informamos que foram incluídos os tópicos:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente arts. 5.º, 37 e 205 a 214. Lei Federal n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, com alterações posteriores. Lei Federal n.º 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com alterações posteriores. Lei Federal n.º 10.639/2003 e Lei Federal n.º 11.645/2008 – ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Lei Federal n.º 10.436/2002 – Língua Brasileira de Sinais – Libras. Decreto Federal n.º 5.626/2005 – regulamenta a Lei n.º 10.436/2002 e dispõe sobre Libras e educação de surdos. Lei Federal n.º 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei Federal n.º 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei Federal n.º 13.185/2015 – Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Lei Federal n.º 14.191/2021 – educação bilíngue de surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal n.º 14.533/2023 – Política Nacional de Educação Digital. Lei Federal n.º 15.388/2026 – Plano Nacional de Educação. Decreto Federal n.º 12.686/2025 – Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, com alterações posteriores, inclusive Decreto Federal n.º 12.773/2025. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.º 5/2009 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB n.º 7/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Resolução CNE/CEB n.º 4/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Resolução CNE/CP n.º 1/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Demais resoluções, pareceres e documentos complementares do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação pertinentes às etapas, modalidades e áreas de atuação dos cargos.

##### **• Legislação Municipal e Documentos da Rede Municipal de Ensino de Santos**

Informamos que foram incluídos os tópicos:

Lei Orgânica do Município de Santos, no que couber à educação, à administração pública e aos servidores municipais. Lei Municipal n.º 4.623/1984 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Santos, com alterações posteriores. Lei Complementar Municipal n.º 752/2012 – Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Magistério Público Municipal de Santos, com alterações posteriores, inclusive Lei Complementar n.º 1.267/2024. Lei Municipal n.º 3.914/2021 – Plano Municipal de Educação de Santos – decênio 2021/2031, com relatórios e atos de monitoramento vigentes.

Atenciosamente,  
Permanecemos à disposição para eventuais dúvidas.